

# **Turismo:** **reflexões e desafios**

Queila Pahim da Silva  
organizadora



Pantanal Editora

2021

**Queila Pahim da Silva**  
Organizadora

**TURISMO:  
REFLEXÕES E DESAFIOS**



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora  
Copyright do Texto© 2020 Os Autores  
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora  
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo  
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera  
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capas: Canva.com

Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

#### Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

#### Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T938	Turismo: reflexões e desafios [recurso eletrônico] / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 160p.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-41-3 DOI <a href="https://doi.org/10.46420/9786588319413">https://doi.org/10.46420/9786588319413</a>  1. Turismo – Pesquisa – Brasil. 2. Lazer. I. Silva, Queila Pahim da. II. Título.  CDD 338.4791
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



#### Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades.

No intuito de apresentar pesquisas na área, esta obra reúne trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

No primeiro capítulo expõe-se a festa de São Benedito e São Sebastião, na vila de Itaúnas, no Estado do Espírito Santo, como forma de valorizar as manifestações culturais e religiosas dessa localidade, que tem neste evento um potencial turístico a ser apreciado e incentivado.

O segundo capítulo apresenta o caso da Ilha do Porto Santo, uma micro ilha pertencente ao Arquipélago da Madeira, situado na costa portuguesa, que possui no turismo, sua única fonte de renda. Os autores trazem uma reflexão sobre os conceitos de *smart tourism* e *smart islands*, como alternativa para a diversificação da economia e preservação ambiental da localidade.

No terceiro capítulo, mostra-se o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento, inaugurado em 1825. É objetivo do trabalho analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra a fim de promover uma ação educativa com novas abordagens para a sua avaliação e análise.

O quarto capítulo descreve uma proposta conceitual para o desenvolvimento e a inclusão de sindicatos na governança em destinos turísticos inteligentes e demonstra a relação direta entre as tecnologias, a inovação e a sustentabilidade para que uma cidade possa se tornar um destino turístico inteligente.

O quinto capítulo tem como tema o mapa do turismo brasileiro, dando ênfase aos elementos necessários para um município fazer parte desta política pública. Como objetivo central, o estudo buscou analisar como o município de Filadélfia, Tocantins, vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro.

O sexto capítulo é uma reflexão de diversos trabalhos relacionados com a temática da acessibilidade, caracterizando-se como um estudo preliminar no contexto do turismo acessível em Brasília.

Apresenta um ranking feito pelos autores, dos espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília, avaliando alguns de seus principais atrativos turísticos.

No sétimo capítulo, é analisada as relações existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE) através dos modelos de análise da sustentabilidade Pressão-Estado-Resposta e Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Os resultados apontam um retrato positivo da sustentabilidade na área de estudo.

Já o oitavo capítulo suscita questionamentos na relação turismo, espaço urbano e lazer, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania, apresentando o caso das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão.

E por fim, o nono capítulo discorre sobre a gestão de eventos culturais em uma organização pública da região sudeste brasileira e a relação desse tipo de evento para o fomento do turismo nas localidades que os sediam.

Espera-se que os trabalhos aqui apresentados fomentem reflexões sobre os desafios que o turismo enfrenta, a fim de auxiliar em novas pesquisas e na sensibilização sobre a urgente necessidade de mudança de atitude dos gestores, comunidade local e visitantes em relação à correta preservação, gestão e utilização das localidades turísticas.

Boa leitura!


## SUMÁRIO


<b>Apresentação .....</b>	<b>4</b>
<b>Sumário .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo I .....</b>	<b>7</b>
Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES .....	7
<b>Capítulo II .....</b>	<b>23</b>
Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas .....	23
<b>Capítulo III .....</b>	<b>37</b>
Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil) .....	37
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>53</b>
Governança em destinos turísticos inteligentes: Uma proposta conceitual incluindo os sindicatos .....	53
<b>Capítulo V .....</b>	<b>76</b>
Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF) .....	76
<b>Capítulo VI .....</b>	<b>89</b>
Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO .....	89
<b>Capítulo VII .....</b>	<b>109</b>
Práticas Turísticas e Sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE) .....	109
<b>Capítulo VIII .....</b>	<b>129</b>
Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão .....	129
<b>Capítulo IX .....</b>	<b>145</b>
Eventos culturais em um órgão público: uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo .....	145
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>158</b>

## Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO


Recebido em: 11/12/2020


Aceito em: 20/12/2020

 10.46420/9786588319413cap6

Jamaykon Gomes do Nascimento<sup>1</sup> 

Aylana Laíssa Medeiros Borges<sup>2</sup> 

Rodrigo Cardoso da Silva<sup>3</sup> 

Queila Pahim da Silva<sup>4\*</sup> 

### INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre as políticas públicas de turismo voltadas para o desenvolvimento do setor, sendo enfatizado o processo de categorização dos municípios para fins de elaboração do mapa do turismo brasileiro.

O mapa do turismo apresenta as regiões turísticas do país, e para cada região são definidos municípios com características afins e que disponham de determinados pré-requisitos estabelecidos pelo Ministério do Turismo (MTUR). Dessa forma, os municípios passam por avaliações periódicas com o intuito de verificação sobre sua condição em permanecer ou não neste mapa. Fazer parte do mapa do turismo, de modo geral, significa que aqueles municípios terão prioridade na questão do desenvolvimento do turismo e sobre as questões relacionadas à disponibilização dos recursos financeiros advindos, especialmente, do governo federal.

Nesse sentido, dentre os Estados brasileiros, o Tocantins vem iniciando uma busca pelo fomento do turismo a partir de suas 7 regiões turísticas, estabelecidas no ano de 2013. Para tanto, optou-se por estudar a região turística Vale dos Grandes Rios, uma vez que seu conselho regional foi reativado no ano de 2019, e vem buscando estimular o desenvolvimento do turismo nos 10 municípios que a compõem, sendo eles: Filadélfia, Xambioá, Araguaína, Araguañã, Colinas do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso, Babaçulândia, Itacajá e Pau D'arco. Os destinos são vistos tanto de forma individual, considerando as peculiaridades locais, quanto de maneira cooperada, ou seja, por meio das vantagens de estarem unindo esforços para organização e promoção do turismo na região. Desse modo, tendo observado que o

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Tocantins, campus Araguaína.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Brasília.

<sup>3</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.

<sup>4</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.

\* Autora correspondente: quepahim@gmail.com

município de Filadélfia, mesmo apresentando capacidade de colaborar com o desenvolvimento do turismo regional, não permaneceu no mapa do turismo de 2019 após avaliação periódica, resolveu-se entender os fatores ou elementos que contribuíram para tal redefinição. Surgem questionamentos devido a esta questão, a saber: o que tem acontecido com as localidades que compõem o mapa do turismo? Quais as melhorias que estão sendo feitas? A gestão municipal tem conhecimento das políticas públicas de turismo? Os pré-requisitos estabelecidos para categorização dos municípios têm sido observados e/ ou gerenciados pelo setor público local?

Este trabalho apresenta-se como relevante, pois permitirá compreender o processo de categorização do mapa do turismo e verificar o entendimento do setor público quanto às políticas públicas de turismo locais.

No tocante ao campo de estudo, o município de Filadélfia, no estado do Tocantins, tem população estimada de 8.874 habitantes, área territorial 1990,719 km<sup>2</sup>, e localiza-se a 512 km da capital do estado, Palmas (IBGE, 2020), ver figura 1. Ainda conforme dados do IBGE, o município de Filadélfia encontra-se a margem esquerda do rio Tocantins, faz divisa com a cidade de Carolina, no Maranhão; foi criado em 8 de outubro de 1948 pela Lei nº 154 de 8 de outubro de 1948; instalado em 1 de janeiro de 1949; e seu nome originou-se a partir do nome do seu fundador, Filadélfio Antônio de Noronha.



**Figura 1.** Mapa de localização de Filadélfia. Fonte: Geografia de Araguaína (2020).

A economia predominante no município é a agricultura familiar, a pecuária e a produção mineral, que são os principais geradores de empregos formais e informais na região. Evidencia-se que Filadélfia tem potencialidades turísticas, como exemplo a praia que se destaca pelo fluxo de visitação, sobretudo, nos meses de estiagem.

Frente ao contexto apresentado, tem-se a seguinte questão problema: como o município de Filadélfia, pertencente a região turística Vale dos Grandes Rios, foi avaliado para fins de decidir sobre a permanência ou não da referida localidade no mapa do turismo brasileiro?

Tendo em vista o questionamento, definiu-se como objetivo geral: analisar como o município de Filadélfia vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro. Como objetivos específicos, tem-se: a) apresentar o mapa do turismo brasileiro do estado do Tocantins,

destacando em que períodos o município de Filadélfia esteve presente no mapa do turismo brasileiro; b) verificar porque o município de Filadélfia foi retirado do mapa do turismo; c) identificar os atrativos potenciais de Filadélfia que permitem o desenvolvimento do turismo local e que favorecem o fomento do turismo na região a qual pertence.

Com fins de alcançar os objetivos propostos, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa com utilização da entrevista semiestruturada para a coleta dos dados. Por fim, ao longo deste artigo, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, será possível visualizar o referencial teórico que trata acerca das políticas públicas de turismo e os aspectos conceituais sobre o mapa do turismo brasileiro; a metodologia; os resultados encontrados; as considerações finais para este estudo e as referências consultadas.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

No Brasil as políticas públicas no turismo são relativamente recentes, pois segundo Pimentel (2014) elas começaram a ser elaboradas na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Decreto-Lei nº 406 de 1938 que se referia a entrada de estrangeiros no território brasileiro. Nesse período, visualizava-se um cenário promissor em relação ao turismo como atividade econômica e, portanto, passou-se a buscar formas para uma organização ou regulamentação do setor.

Mudanças foram acontecendo ao longo dos anos em relação à atividade turística, e as políticas públicas de turismo tiveram que evoluir e se ajustar diante da complexidade dessa área. As necessidades para o desenvolvimento equilibrado do turismo passaram a se sobressair, e políticas para organização e direcionamento do setor tornaram-se essenciais. Historicamente, as políticas públicas de turismo estão ligadas ao Estado com propostas de ações que buscam assegurar o bem-estar social.

De acordo com Nóbrega et al. (2014), com a criação do MTUR, em 2003, observou-se alguns ganhos em termos de políticas públicas para o turismo, destacando no ano de 2004 o lançamento, pelo governo federal, do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros para o Brasil, cuja proposta estava voltada para desenvolver o turismo nas regiões brasileiras com base na descentralização e no fortalecimento de grupos do poder público, setor privado e sociedade civil, que fazem parte da cadeia produtiva do turismo. A partir de 2008 o programa de regionalização do turismo ganhou força nesse ministério. Nesse sentido, sobre o PRT, Brasil (2017) esclarece:

A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo. Esta trabalha sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo – ou seja, que não recebe o turista em seu território – pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Para Secchi (2012) “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Explica-se que as políticas públicas passam por diversas reformulações ao longo do tempo, fazendo com que haja interesse por parte dos autores em buscar compreender e analisar o conceito de políticas públicas e seu papel no tocante ao desenvolvimento local.

Gomes (2018) define as políticas públicas como um “sistema de decisões públicas preventivas ou corretivas destinadas a manter ou modificar a vida social por meio da definição de objetivos estratégicos e alocação de recursos”.

Ponderando as definições e entendimentos acerca das políticas públicas, voltando-se para o turismo, Oliveira (2014) explica que as políticas de regionalização do turismo são fomentadas com intuito de dividir as responsabilidades e ajudar nas tomadas de decisões levando em consideração as características de cada região. Logo, nos últimos anos, as políticas públicas de turismo vêm sendo criadas como formas de promover o desenvolvimento regional.

Segundo Velasco (*apud* Gomes, 2018) as políticas públicas de turismo apresentam-se como sendo “um conjunto de discursos, decisões e práticas realizadas pelo governo, às vezes, em colaboração com atores privados ou sociais com intenção de atingir objetivos relacionados ao turismo, visando o aspecto econômico”. O turismo enquanto atividade econômica e social cresceu nos últimos anos e com isso tem se observado a importância do estudo de políticas públicas no processo de desenvolvimento do setor.

Para Nóbrega e Figueiredo (2014) certas ações do turismo causam efeitos indesejados e, em razão disso, os estudos sobre políticas públicas são relevantes, entendendo que tais políticas são propostas com o intuito de minimizar ou mitigar problemas de maneira imediata ou a longo prazo. Entende-se que as políticas públicas se apresentam também como uma forma de prevenir determinados efeitos negativos, sendo relevante considerar os diferentes setores e aspectos ligados à atividade turística.

Conforme Beni (1999), para que o turismo se desenvolva em qualquer localidade é necessário um planejamento que considere a oferta e a demanda do lugar, sendo que o processo de planejamento do turismo apresenta várias etapas como: inventariação, diagnóstico, prognóstico, planos, entre outros. Os planos municipais, regionais, estaduais e nacionais devem ser elaborados de forma direcionada, levando em conta as características dos destinos, a fim de promover e trazer uma mudança positiva para o lugar.

Tendo em vista tais etapas, Beni (1999) salienta que uma das facetas do diagnóstico é “dimensionar e analisar a infraestrutura regional urbana e de acesso para o processo sustentável de ocupação turístico-recreativo” enquanto o prognóstico pode “formular políticas e diretrizes de reorientação e programas de ação para assegurar o planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável do turismo na região”.

Como as políticas públicas de turismo tem visado a descentralização e o desenvolvimento da atividade no âmbito regional, é pertinente que as gestões municipais estejam devidamente organizadas em

relação a essa atividade, dispondo de secretarias municipais ou outro departamento que contemple este setor. Para tanto, o modelo empregado é o de conselhos de turismo, que segundo Bitencourt (2012) refere-se a um “órgão da administração municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil, para assessorar o município” em questões referentes ao desenvolvimento do turismo. Outro fato que colabora para o desenvolvimento regional, conforme Bitencourt (2012), é o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), tratando-se de uma conta bancária pública criada por meio de lei municipal para auxiliar o Conselho Municipal de Turismo, tendo como objetivo arrecadar recursos tanto do setor público quanto setor privado para promover o desenvolvimento do turismo seja no âmbito municipal, regional, estadual ou nacional.

Diante das proposituras políticas para o planejamento, organização e fomento ao turismo para desenvolver a referida atividade, especialmente no âmbito regional, foi criado o mapa do turismo brasileiro que orienta e incentiva a promoção e a descentralização do turismo local.

Sendo assim, para compor este mapa, os municípios são avaliados considerando quatro variáveis, que são: número de empregos; estabelecimentos formais no setor de hospedagem; fluxo turístico doméstico e fluxo internacional. Logo, os municípios considerados com potencial turístico ou as localidades ditas turísticas são classificados em cinco categorias: A, B, C, D, E, e sobre esse assunto discutiremos a seguir.

## **MAPA DO TURISMO BRASILEIRO: CONCEITOS E CONTEXTOS**

Diante da necessidade de propor uma melhor seleção e categorização dos municípios para compor as regiões turísticas, o mapa do turismo brasileiro passou a ser elaborado como estratégia para implementar as diretrizes do programa de regionalização (PRT) e assim orientar as políticas públicas de turismo.

Nesse sentido, este mapa é uma ferramenta que busca orientar para prover a descentralização e o desenvolvimento do turismo no âmbito regional, analisando inclusive a economia desta atividade nos municípios que compõem as regiões turísticas (Brasil, 2015). O referido mapa é constituído por regiões e pelos grupos de municípios, e em 2013 foi realizado o (re)mapeamento das regiões turísticas brasileiras, a partir da definição do mapa do turismo com base na portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013<sup>5</sup>.

De acordo com o art. 2º desta portaria, para as regiões que integram o mapa, devem ser considerados os seguintes critérios:

---

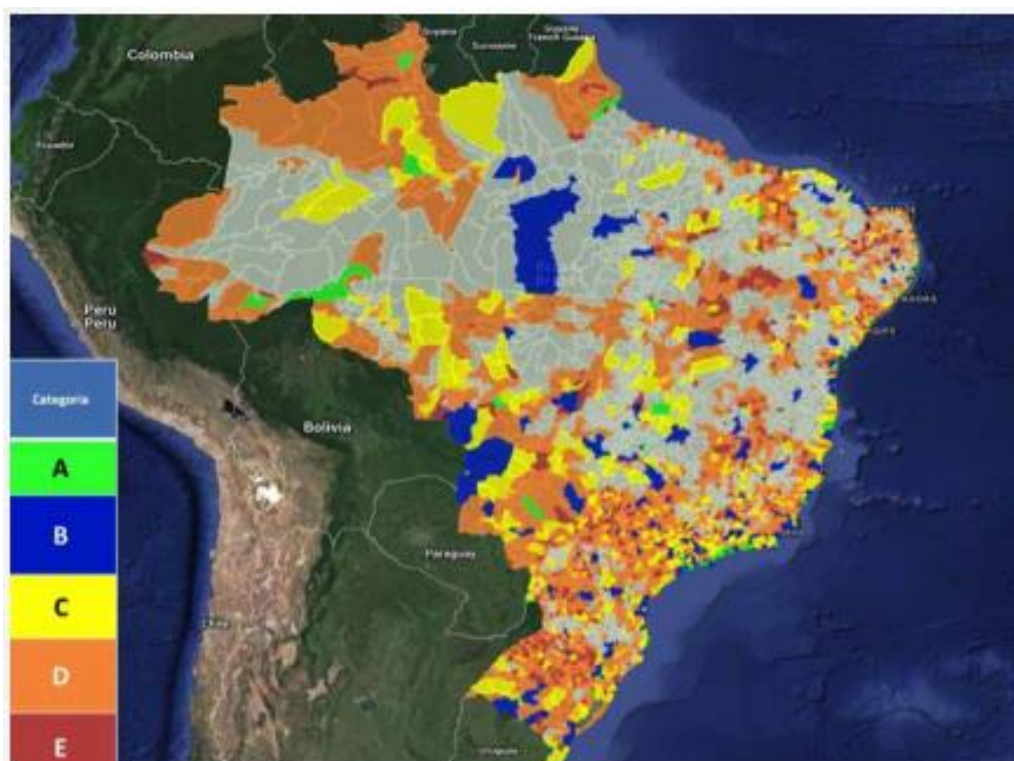
<sup>5</sup> Revogada pela portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, que “Estabelece critérios para a atualização do mapa do turismo brasileiro”. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=862>>.

I – Os municípios devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, que tenham uma identidade histórica, cultural, econômica, e/ou geográfica em comum; II – os municípios devem ser limítrofes e/ou próximos uns dos outros; III – a região turística deve apresentar comprovação de ciência do Fórum do Conselho Estadual de Turismo acerca de sua composição (Brasil, 2013).

Conforme o art. 3º da mesma portaria, para integrar uma região turística do mapa do turismo, cada município deverá:

I – Possuir órgão responsável pela pasta do turismo (Secretaria, Fundação, Departamento, Diretoria, Setor ou Gerência); II – Comprovar a existência de dotação para o turismo na lei orçamentária anual (LOA) vigente; III – apresentar termo de compromisso assinado por prefeito ou dirigente responsável pela pasta do turismo, conforme o modelo existente (Brasil, 2013).

Nota-se que a integração e participação dos municípios nas regiões turísticas estão muito associadas ao interesse da gestão municipal em priorizar determinadas questões voltadas ao turismo. Sendo assim, tendo em vista as possibilidades do turismo no tocante ao uso dos recursos (naturais ou construídos) a gestão pode escolher e se empenhar para fomentar ou não a atividade turística em um destino. Em se tratando dos significados e intenções, a categorização refere-se a um instrumento de identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos no mapa do turismo brasileiro (Brasil, 2015). Conforme o documento, explica-se ainda que a intenção desse instrumento é auxiliar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e implementação de políticas públicas específicas e direcionadas para cada grupo (categoria) de municípios. Na portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, que trata sobre a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas no mapa do turismo, em seu art.º 3 diz-se que os municípios serão agrupados em 5 diferentes categorias, a saber, A, B, C, D, E. Na figura 2, a seguir, é possível visualizar como fica o mapa do turismo brasileiro após o processo de categorização:



**Figura 2.** Categorização dos Municípios Brasileiro. Fonte: Brasil, Ministério do Turismo (2020).

Tendo em vista o processo e com base nos critérios estabelecidos para avaliação, as capitais do país estão na categoria A e alguns outros destinos turísticos bem classificados, enquanto os municípios que possuem os critérios objetivos ainda zerados estão na categoria E (Fonseca et al., 2019). Cada categoria indica que os municípios a qual estão relacionados encontram-se no mesmo patamar em termos de desempenho econômico no turismo, e políticas públicas podem ser elaboradas com fins de atender a determinadas especificidades que sejam comuns a cada grupo de municípios que estiverem em uma mesma categoria.

Elucida-se que a portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, que estabelece os critérios para a atualização do mapa do turismo brasileiro, esclarece em seu art. 3º que cabe ao MTUR fazer essa tarefa de categorização e de intermediação entre as unidades federativas. Dando seguimento, a portaria nº 268 de 28 dezembro de 2016 (Brasil, 2016) estabelece critérios sobre a atualização do mapa do turismo brasileiro, ficando estabelecido conforme o art. 3º que o processo de atualização do mapa do turismo será bienal, ou seja, a cada dois anos, ressaltando a coordenação do MTUR neste processo.

Sobre o processo de categorização inicial, identificou-se limitações no processo de categorizar os municípios, pois baseava-se em dados primários e critérios, muitas vezes, subjetivos e amplos, e desse modo, passou-se a utilizar dados secundários com base em variáveis subjetivas (Brasil, 2015). O mapa do turismo passou a ser eletrônico, estando acessível para todos os profissionais da área, interessados ou curiosos.

No que compete as variáveis utilizadas para a definição dos municípios que integrarão o mapa do turismo, tem-se os seguintes quesitos:

I – Número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é a hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS); II – número de empregos formais no setor de hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS); III – estimativa de turistas a partir do estudo de demanda doméstica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE); IV - estimativas de demanda a partir do Estudo internacional (Brasil, 2015).

Observando os dados apresentados de forma mais objetiva, percebe-se que há necessidade de uma adequação dos critérios quando se relaciona aos municípios de interior, que são de pequeno porte, e que não tem o turismo internacional como foco inicial. Para que estes municípios façam parte do mapa é preciso que haja uma avaliação considerando as peculiaridades de cada lugar. Sendo assim, busca-se entender como acontece o processo de seleção e categorização tendo em vista que grande parte dos municípios não têm redes hoteleiras estabelecidas e não possuem ao menos uma infraestrutura eficaz para receber visitantes e turistas. Nesse sentido, a verificação dos municípios menores precisa ser feita para assim identificar limitações, dificuldades e benefícios acerca do processo de categorização.

Retomando a questão da atualização dos municípios e regiões que irão compor o mapa do turismo brasileiro, há um prazo para cadastramento, edição e inserção dos documentos necessários, e na portaria nº 192, de 27 de novembro de 2018, pode-se observar a inserção de mais dois itens importantes, além dos 3 critérios previstos na Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013, sendo eles:

I, II, III – Os critérios se mantêm; IV – possuir prestadores de serviços cadastrados na Base de Dados do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR; VI – apresentar o termo de compromisso assinado pelo Prefeito e pelo dirigente responsável pela pasta do turismo, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística (Brasil, 2018).

Em se tratando dos dados, a documentação deve ser anexada ao Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo – SISPRT conforme cronograma disponibilizado pelo MTUR. Para isso, existem interlocutores municipais, estaduais, que são orientados sobre critérios, compromissos e recomendações para aqueles destinos que desejam integrar as versões do mapa do turismo (Brasil, 2019).

Em resumo, observa-se que os trâmites mencionados precisam ser seguidos, mas o comprometimento do setor público é um elemento primordial e que fará toda diferença para inserir e manter o destino presente no mapa e ascender nas questões de desenvolvimento do turismo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia de um trabalho científico refere-se aos caminhos para se chegar aos resultados da pesquisa. Nesse caso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, ou seja, foram utilizados livros, revistas e artigos científicos para elaboração do referencial teórico do estudo. Seguiu-se uma abordagem qualitativa, que

conforme Veal (2011) a informação coletada não leva, em geral, a análises estatísticas, em contrapartida busca-se “informações relativamente detalhadas sobre poucos casos”.

Diante disso, buscou-se a compreensão acerca do processo de categorização para fins da composição do mapa do turismo brasileiro pelos municípios de uma região turística, com foco nas peculiaridades e problemáticas de Filadélfia/TO. Nesse sentido, tem-se um estudo de caso, uma vez que segundo Veal (2011) esse método envolve o estudo de um exemplo na busca por entendê-lo.

Para o estudo em questão, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que para Creswell (2007) é importante quando não é possível observar diretamente o caso estudado.

Salienta-se que as perguntas para entrevista foram elaboradas a partir do referencial teórico, levando em consideração os critérios estabelecidos pela política pública de turismo quanto ao processo de categorização dos municípios turísticos. Sobre a análise dos dados, discorreu-se as falas do entrevistado a partir de uma reflexão entre os dados levantados e a teoria apresentada neste estudo.

Para tanto, foi realizada uma entrevista com o responsável pela pasta do turismo em Filadélfia, a fim de identificar e analisar as políticas públicas de turismo que estão sendo desenvolvidas e fomentadas para o desenvolvimento do turismo local. A entrevista foi realizada no dia 20 de outubro de 2019 e durou cerca de 20 minutos. A escolha do entrevistado deu-se por tal ator estar diretamente relacionado aos processos de fomento, planejamento e gestão do turismo no destino.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

No tocante aos objetivos específicos estabelecidos, a seguir, serão feitas as discussões conforme cada objetivo: A – apresentar o mapa do turismo brasileiro do estado do Tocantins, destacando em que períodos o município de Filadélfia esteve presente no mapa do turismo; B – verificar porque o município de Filadélfia foi retirado do mapa do turismo; e C - Identificar os atrativos potenciais de Filadélfia que permitem o desenvolvimento do turismo local e que favorecem o fomento do turismo na região ao qual pertence. Explica-se que não necessariamente os resultados seguiram esta sequência, mas foram distribuídos de forma a trazer uma sequência lógica para a discussão.

O mapa do turismo brasileiro de 2019-2021 dispõe de 333 regiões turísticas, com 2.694 municípios categorizados, entre as categorias A, B, C, D e E (Brasil, 2019). Dessas regiões, 7 fazem parte do Estado do Tocantins, que são: Serras e Lago (7 municípios); Encantos do Jalapão (7 municípios); Praias e Lagos do Cantão (4 municípios); Bico do Papagaio (8 municípios); Ilha do Bananal (6 municípios); Serras Gerais (8 municípios); e Vale dos Grandes Rios (10 municípios). Nota-se que o Tocantins dispõe de 7 regiões turísticas, e 50 municípios distribuídos em tais regiões frente ao processo de categorização para formação do mapa do turismo.

Nesse sentido, o Quadro 1, abaixo, traz informações sobre a região Vale dos Grandes Rios, dando ênfase à participação do município de Filadélfia neste grupo. Elucida-se que para o levantamento das informações foram utilizados relatórios comparativos (dados secundários) referentes aos municípios inseridos e excluídos ao longo de 2013-2019.

Sendo assim, para fins do objetivo A, elaborou-se um quadro síntese, considerando o período de 2013 a 2019, com o intuito de identificar em quais anos Filadélfia esteve presente no mapa do turismo brasileiro e se em alguma das atualizações houve melhoria na categorização do município. A elaboração do quadro 1, nesse período especificado, justifica-se pelos dados disponibilizados no site do mapa da categorização do turismo compreenderem os últimos 7 anos.

**Quadro 1.** Participação de Filadélfia no mapa do turismo 2013-2019. Fonte: Elaboração própria a partir das versões anteriores do Mapa do Turismo Brasileiro, 2019.

ANO	MUNICÍPIOS (REGIÃO TURÍSTICA VALE DOS GRANDES RIOS)	CATEGORIA
2013	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	Darcinópolis	D
	<b>FILADÉLFIA</b>	D
	Wanderlândia	D
	Xambioá	D
2016	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	<b>FILADÉLFIA</b>	D
	Pau D' Arco	E
	Xambioá	D
2017	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	Guaraí	C
	Itacajá	D
	<b>FILADÉLFIA</b>	D
	Pau D'Arco	E
	Pedro Afonso	C
	Xambioá	D
2019	Araguaína	B
	Araguanã	D
	Babaçulândia	E
	Colinas do Tocantins	D
	Guaraí	C
	Itacajá	D
	Palmeiras do Tocantins	C

	Pau D'Arco	E
	Pedro Afonso	C
	Xambioá	D

Com base nos dados acima, observou-se que o município de Filadélfia integrou o mapa do turismo brasileiro, especificamente, fazendo parte dos municípios que compõem a região Vale dos Grandes Rios nos anos de 2013, 2016 e 2017, mas em 2019, após novo processo de atualização do mapa, o município foi retirado do quadro que integra os destinos da referida região.

Considerando o histórico apresentado, questiona-se quais teriam sido as dificuldades ou limitações em relação ao processo de atualização e, portanto, de permanência do município do mapa em questão.

Salienta-se que Filadélfia sempre esteve na categoria D, nos últimos 7 anos, o que demonstra uma não evolução nos quesitos necessários para compor o mapa turístico. Isso significa, por exemplo, que não houve melhoras de infraestruturas locais, não houve aumento de empreendimentos hoteleiros na localidade, faltou incentivo para a realização de cadastros dos estabelecimentos locais no CADASTUR e, até mesmo, pode ter havido falha no envio das documentações exigidas pelo MTUR. Esse último pode ter ocorrido, sobretudo, em 2019.

Vale elucidar que o município de Filadélfia dispõe de um potencial turístico, e o que pode reforçar essa declaração é a participação do destino no mapa do turismo brasileiro. Essa afirmação baseia-se também nos critérios que são estabelecidos pela proposta do cadastramento e criação de regiões turísticas para que um município faça parte do mapa do turismo.

Desse modo, no tocante ao potencial turístico deste município, além dos elementos históricos e culturais locais e peculiares, destaca-se o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas e a Praia do Coqueiro.

Em se tratando do monumento natural mencionado, de acordo com o site Turismo Tocantins (2019) este atrativo localiza-se no distrito de Bielândia, que fica a uma distância de 50 km de Filadélfia, e abriga a maior floresta fossilizada já descoberta, com uma área de 32 mil hectares de cerrado e matas de galerias. Os fósseis chamados pelos moradores de “paus de pedra”, foram originados a partir da decomposição do caule das árvores, que com o tempo foram preenchidos por minerais e assim se transformaram em pedras.

Explica-se que uma Unidade de Conservação foi criada pela Lei 1.179 de outubro de 2000, sendo protegida pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), tendo esse instituto uma sede para receber turistas e pesquisadores (geólogos, historiadores) que desejam conhecer o local (Araújo, 2015).

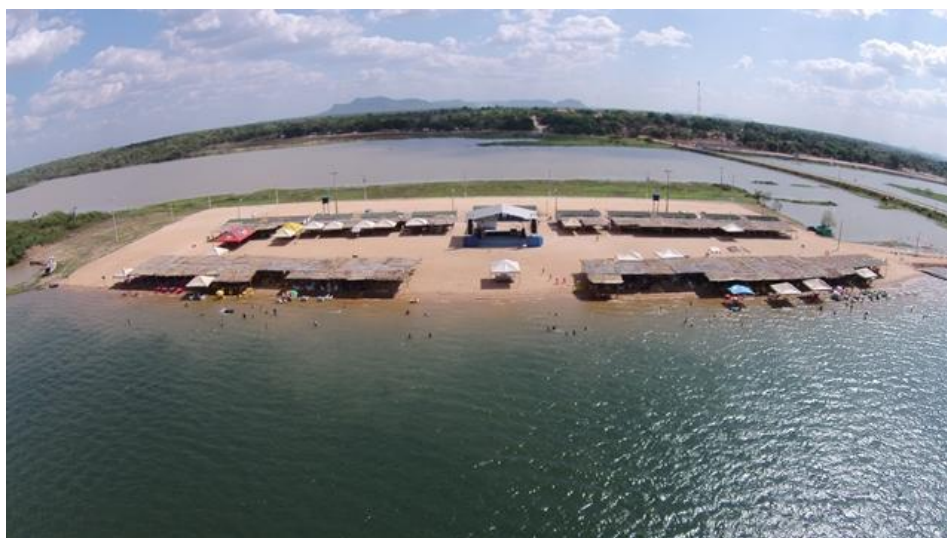


**Figura 3.** Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. Fonte: turismo.to.gov.br (2019).

De acordo com Araújo (2015) o monumento natural das árvores fossilizadas fortalece o turismo ecológico da região norte do Estado, pois apresenta-se como uma oportunidade de gerar renda para a população local com a utilização da atividade turística, criar postos de trabalho e qualificar a comunidade local. O referido atrativo, atualmente, conta com um centro de recepção de visitantes que atende a profissionais, pesquisadores, acadêmicos, visitantes e turistas.

Quanto ao segundo atrativo de destaque do município, a praia do coqueiro, localizada a margem esquerda do rio Tocantins, explica-se que até o ano de 2010 a praia era formada naturalmente nos meses de estiagem junho e julho, mas com a criação da Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE a praia natural passou a não existir, pelo fato do aumento do nível do rio. Foi, então, a partir de 2010 que começaram a pensar em uma praia artificial para trazer de volta a identidade local.

No ano de 2012, criou-se, portanto, a primeira praia artificial que funciona o ano todo, com 19 barracas fixas, além de serviços de estacionamento gratuito e vendas de bebidas e comidas típicas. A praia tem sido o principal ponto turístico de Filadélfia, embora tenha diminuído o fluxo turístico da praia natural para a praia artificial, segundo o secretário de turismo a praia continua sendo o principal ponto turístico da cidade, gerando muitos empregos formais e informais principalmente na temporada de praia nos meses de junho e julho.



**Figura 4.** Praia de Filadélfia. Fonte: Google imagens (2019).

A praia do coqueiro está a 1 km do centro da cidade, possui um bom acesso, e na alta temporada várias bandas se apresentam nos finais de semana fazendo com que aumentem os turistas na cidade (Programa da Temporada de Praia de Filadélfia, 2019). Ainda de acordo com o Jornal de Filadélfia, na temporada de 2019, se apresentaram bandas como Tom de Alerta, Cia do Calypso, Thiago e Luan, Joelma, Forro de Mel, Igor Cunha e Washington Brasileiro, que são bancas cujo repertório atrai um público, notadamente dos municípios do entorno e região para a referida cidade. Tendo em vista o destaque a algumas características locais e atrativos existentes, na sequência apresenta-se o resultado da entrevista semiestruturada realizada com o gestor municipal, responsável pela pasta do turismo no município de Filadélfia, através da qual, pode-se entender algumas questões, em especial, ausências em relação ao processo turístico.

Foram 16 perguntas formatadas com o objetivo de identificar de que forma a gestão pública de Filadélfia vem respondendo às políticas públicas de turismo que se referem a categorização do destino para composição do mapa do turismo brasileiro. Em razão da obtenção de respostas muito rasas, as informações adquiridas serão refletidas ao longo da discussão a seguir, mas não serão especificados todos os questionamentos realizados. Sendo assim, o primeiro questionamento buscou identificar a existência de uma pasta responsável pelo turismo, o tempo de sua existência, e se um profissional do turismo já esteve à frente da secretaria municipal de turismo da cidade.

Conforme a fala do gestor responsável pela secretaria do turismo municipal, Filadélfia sempre dispôs de secretaria de turismo, mas apenas “nos últimos 10 anos passou a ser executada”. Sobre o período de existência da secretaria e a atuação de um profissional do turismo na gestão local, o entrevistado não soube informar. Foram poucas as informações relevantes levantadas sobre a pasta do turismo em Filadélfia

e acerca de ações voltadas para o processo de fomento à atividade turística local. Como justificativa, o entrevistado revelou “não tenho formação como já falei, só tenho o segundo grau”.

Ao observar as informações, nota-se o amadorismo com que o turismo continua sendo tratado; o desinteresse por parte da gestão pública na prática organizada desse tipo de atividade; a ausência de um planejamento turístico coerente; a falta de profissionalização no setor e de conhecimento quanto às políticas públicas de turismo vigentes; e a falha no cumprimento das diretrizes propostas por tais políticas.

Comparando os resultados da pesquisa de categorização e a entrevista realizada com o gestor público municipal, verificou-se questões importantes e que merecem reflexão, sobretudo, no tocante à participação do município de Filadélfia no mapa do turismo durante os últimos anos. A inserção e permanência deste município aconteceu de 2013 a 2018, como pode ser visto na discussão acima, mas alguns dos pré-requisitos necessários para tal composição não estavam sendo cumpridos.

Isso pode ser percebido na resposta da segunda pergunta da entrevista referindo-se às ações de desenvolvimento do turismo local. Conforme o entrevistado, encontra-se em andamento o inventário turístico e a institucionalização do conselho municipal de turismo, tendo o projeto de lei sido encaminhado para votação na câmara dos vereadores.

De acordo com o respondente, em Filadélfia, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi criado pela lei nº 1.060 de 02 de outubro de 2019 e o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) por meio da lei municipal 1.059 de 02 de outubro de 2019, que dispõe de medidas que contribuem para o desenvolvimento do setor, buscando estimular assim investimentos públicos e privados na cadeia produtiva do turismo. O acesso às leis não foi disponibilizado, o que limitou a discussão em relação ao conteúdo de tais documentos.

É importante esclarecer que segundo a lei, de modo geral, compete ao FUMTUR a aplicação de recursos para articulação de projetos ou eventos que venham a ser elaborados ou fomentados pelo conselho municipal de turismo para fortalecer e desenvolver o turismo local.

No tocante a categorização do turismo, questionou-se sobre o conhecimento acerca da categorização dos municípios para composição no mapa do turismo brasileiro. O entrevistado revelou que conhece o mapa do turismo brasileiro, mas não conhece as normas para participação.

Ainda conforme o respondente, não existem documentos anteriores (solicitações de informações sobre Filadélfia advindas do MTUR) que comprovem a participação do município no mapa do turismo, tendo sido esclarecido inclusive que o prazo para o encaminhamento dos documentos e informações solicitadas pelo MTur para avaliação da permanência ou retirada do município no mapa em 2019 foi perdido. Notou-se que não se sabe se houve a indicação de um interlocutor municipal para representar o município de Filadélfia frente às questões do turismo local à níveis regionais e estaduais.

Constata-se que perder o prazo demonstra desinteresse e desorganização por parte da gestão municipal local, uma vez que outras ações para fins do desenvolvimento do turismo também não foram feitas ao longo de todo o período apresentado neste estudo.

Salienta-se que desde 2013 o município de Filadélfia esteve presente na categoria D no mapa do turismo e não se tem conhecimento sobre projetos que viessem proporcionar uma melhoria na categoria da localidade. O município tem potencialidades turísticas, mas o poder público municipal não vem desenvolvendo ou cooperando com as políticas públicas de turismo existentes e vigentes para fortalecer o turismo local, fazendo com que a secretaria do turismo seja ineficiente e permaneça sem oferecer os serviços de sua responsabilidade à sociedade.

Em síntese, por meio dos questionamentos identificou-se uma secretaria de turismo sem banco de dados que pudesse enriquecer a pesquisa ou que demonstrasse uma atuação efetiva do poder público municipal em relação ao desenvolvimento do turismo. Não existe comprovação na secretaria municipal de turismo acerca da participação de Filadélfia no Conselho Regional de Turismo (Vale dos Grandes Rios), ficando clara mais uma vez o despreparo da gestão com as questões referentes a esta pasta, nem foi apresentado os documentos de criação do conselho e do fundo municipal de turismo.

Dando seguimento, e para concluir as informações conseguidas a partir da entrevista, explica-se que o entrevistado não soube informar o porquê do município de Filadélfia ter saído do mapa do turismo brasileiro, entretanto, de forma contraditória afirmou que não foi encaminhado nenhum documento de atualização para o MTUR.

Frente ao exposto, verifica-se que fomentar o turismo em determinadas localidades tem se tornado um grande desafio, principalmente em se tratando de municípios do interior dos estados, pois mesmo que o destino tenha potencialidades a serem desenvolvidas, tem-se problemas quanto ao interesse da gestão no turismo e a ausência de profissionais capacitados para atuarem nesta área, o que tem prejudicado a profissionalização do setor e um desenvolvimento do turismo de forma planejada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A respeito da análise do processo para composição do mapa do turismo brasileiro com foco no município de Filadélfia, notou-se que as políticas públicas de turismo ainda enfrentam diversas barreiras para fins do desenvolvimento turístico local.

Dentre os resultados obtidos com este estudo, verificou-se a falta de uma secretaria de turismo estruturada e organizada no município de Filadélfia, fator que compromete o fomento e desenvolvimento do turismo local. Constatou-se a ausência de políticas públicas municipais com o objetivo de incentivar e fortalecer o desenvolvimento e prática do turismo.

Mesmo tendo identificado a participação de Filadélfia no mapa do turismo brasileiro nas edições de 2013, 2016 e 2017, verificou-se a falta de conhecimento do gestor municipal sobre os pormenores para um destino ser inserido e permanecer no mapa do turismo. Outro fator observado que colaborou para Filadélfia não fazer parte do mapa do turismo em 2019 foi a falta de organização e a inexistência de um banco de dados na secretaria municipal de turismo que registra informações sobre a localidade e sobre o potencial turístico do lugar.

Além das dificuldades encontradas quanto ao desenvolvimento do turismo, cita-se alguns processos em andamento para que se fomente essa atividade, um dos fatores é a criação do conselho regional de turismo (COMTUR) e do fundo municipal de turismo (FUMTUR). Embora o gestor entrevistado não tenha repassado informações referentes a valores e investimentos feitos nos últimos anos para o turismo local, percebeu-se uma resistência em falar sobre investimento no turismo em Filadélfia.

Logo, a partir desse estudo, notou-se a necessidade de uma melhor avaliação dos municípios que irão compor ou que já integram o mapa do turismo brasileiro. É preciso fazer com que os municípios tenham que buscar por melhorias considerando os critérios para se inserir e permanecer no mapa, evitando assim que haja uma acomodação da gestão no tocante a deixar o município permanecer em determinada categoria por muitos anos. De maneira geral, acredita-se que faltam metas para os municípios em relação ao fomento, desenvolvimento e prática do turismo.

Em resumo, esta pesquisa demonstrou que as políticas públicas de turismo voltadas para o desenvolvimento do turismo no município de Filadélfia avançam lentamente, e que há a necessidade de ampliar estudos no sentido de melhorar as diretrizes que fortaleçam e desenvolvam a cadeia produtiva do turismo, tanto no contexto regional quanto no âmbito municipal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo W (2015). Monumento Natural das Árvores Fossilizadas fortalece o turismo ecológico da região norte do Estado. Disponível em: <<https://naturatins.to.gov.br/noticia/2015/6/2/monumento-natural-das-rvores-fossilizadas-fortalece-turismo-ecologico-da-regiao-norte-do-estado/>>. Acesso em: 19/11/2019.
- Beni MC (1999). Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63455>>. Acesso em: 12/11/2019.
- Bitencourt D (2012). Turismo: o turismo como gerador de desenvolvimento. Coletânea Gestão Pública Municipal. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/11.%20Turismo%20-%20O%20Turismo%20como%20gerador%20de%20desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 15/11/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Mapa do turismo brasileiro. disponível em <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html>. Acesso em 10/12/ 2020.

BRASIL, Ministério do turismo. Ministério do Turismo abre sistema para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro 2019. Disponível em: [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=190:ministerio-do-turismo-abre-sistema-para-atualizacao-do-mapa-do-turismo-brasileiro&catid=17&Itemid=121](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=190:ministerio-do-turismo-abre-sistema-para-atualizacao-do-mapa-do-turismo-brasileiro&catid=17&Itemid=121)>. Acesso em: 22/10/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Novo mapa do turismo brasileiro. 2019. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 12/12/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria nº 268 de 28 dezembro de 2016. Estabelece critérios para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portaria-n%C2%BA-268-de-28-de-dezembro-de-2016>. Acesso em 10/12/2020.

BRASIL, Ministério do turismo. Programa de regionalização do turismo. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: 12/12/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Tocantins tem novo mapa turístico. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6477-tocantins-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>>. Acesso em: 12/12/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portaria-n-144-de-27-de-agosto-de-2015>. Acesso em: 10/12/2020.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria nº192, de 27 de novembro de 2018. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/2018.html?id=12256:Portaria-192-de-27-de-dezembro-de-2018>. Acesso em 10/12/2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013. Define o Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portaria-n-313-de-03-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 10/12/2020.

Creswell JW (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4573912/mod\\_resource/content/1/Creswell.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4573912/mod_resource/content/1/Creswell.pdf)>. Acesso em: 12/12/2019.

Prefeitura de Filadélfia. Temporada de praia 2019. 2019. Disponível em: <https://www.filadelfia.to.gov.br/noticias/temporada-de-praia-2019/>>. Acesso em: 19/11/ 2019.

- Fonseca et al. (2019). Programa de Regionalização do Turismo: análise comparativa dos indicadores turísticos nos estados brasileiros de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales. [en línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 234, 1 de septiembre de 2019. issn: 1578-0007.
- Gomes BMA (2018). Políticas públicas de turismo e os empresários. São Paulo: Editora.
- IBGE. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/filadelfia/historico>>. Acesso em: 22/10/2019.
- IBGE. Filadélfia. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/filadelfia/panorama>>. Acesso em: 10/12/2020.
- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE FILADÉLFIA (Geografia de Araguaína-TO. 2020. Disponível em: <<https://www.achetudoeregiao.com.br/to/araguaina/localizacao.htm>>. Acesso em: 10/12/2020.
- MAPA DO TURISMO 2019-2021. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 12/11/2019.
- Nóbrega WRM et al. (2014). Turismo e Gestão Pública: uma avaliação das instâncias de governança no oeste do estado do Pará. Pimentel et al. (org). Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, Metodologias e Aplicações. Caxias do Sul: Educs. 360 - 396 p.
- Oliveira RA (2014). Descentralização: um paralelo entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e o modelo francês de regionalização do turismo. Pimentel et al. (org). Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, Metodologias e Aplicações. Caxias do Sul: Educs. 125-150 p.
- Pimentel MPCA (2014). A dimensão das políticas públicas de Turismo no Brasil. Pimentel et al. (org). Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, Metodologias e Aplicações. Caxias do Sul: Educs. 15-38 p.
- PRAIA DE FILADÉLFIA. Google Imagens. Disponível em: <[http://www.redeto.com.br/images/noticia/20150813200026\\_praia\\_de\\_filadelfia\\_ii.jpg?KeepThis=true](http://www.redeto.com.br/images/noticia/20150813200026_praia_de_filadelfia_ii.jpg?KeepThis=true)>. Acesso em: 10/12/2020.
- PROGRAMAÇÃO DA TEMPORADA DE PRAIA EM FILADÉLFIA. 2019. Disponível em: <<https://jornaldefiladelfia.com/noticia/125/programacao-da-temporada-2019-de-praia-em-filadelfia-confira-as-atracoes>>. Acesso em: 12/11/2019.
- Secchi L (2012). Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning.
- Sistema de Informação do Programa de Regionalização do Turismo - SISPRIT. Plataforma Digital. Disponível em: <http://sistema.mapa.turismo.gov.br/mapa/#!/public/login/entrar>. Acesso em: 12/11/2019.

TURISMO TOCANTINS. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. Disponível em: <<https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/vale-dos-grandes-rios/principais-atrativos/filadelfia/monumento-natural-das-arvores-fossilizadas-do-tocantins-/>>. Acesso em: 22/10/2019.

Veal AJ (2011). Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. Série Turismo. São Paulo: Aleph.

VERSÕES ANTERIORES DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO. 2013-2019. Disponível em: <[http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=85&Itemid=268](http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268)>. Acesso em: 12/12/2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

acessibilidade, 30, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88  
adaptações, 59, 85, 86, 115  
atrativos, 8, 54, 55, 64, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 98, 102, 108, 109, 118, 121, 123, 125, 135

### B

barreiras arquitetônicas, 79, 84  
Brasília, 21, 76, 77, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 145

### C

Comunicação, 55, 140, 145, 146, 148, 151, 156, 157  
comunidade, 7, 9, 13, 17, 20, 32, 80, 101, 115, 117, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 155, 156  
cultura, 8, 9, 10, 17, 21, 51, 54, 67, 86, 88, 115, 118, 132, 133, 134, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 153, 156

### D

desenvolvimento sustentável, 11, 59, 62, 93, 109, 110, 111, 112, 115, 116  
Destinos Turísticos Inteligentes, 55, 64, 73  
Distrito Federal, 77, 88  
diversificação econômica, 27, 34

### E

eventos culturais, 9, 10, 76, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

### F

feira, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 132

### G

gestão de eventos, 145, 146, 149, 150, 154, 155, 156  
gestão pública, 73, 95, 102, 103, 143

governança, 32, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 107, 127

### I

ilhas atlânticas, 25  
indicadores de sustentabilidade, 110, 112, 120  
Itaúnas, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20

### L

lazer, 54, 76, 77, 81, 84, 86, 108, 110, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155

### M

mapa do turismo, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105  
memória, 13, 16, 37, 40  
Minas Gerais, 37, 39, 49, 52, 87, 107

### O

organização pública, 146, 150, 151, 154, 155, 156

### P

patrimônio, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 37, 39, 50, 51, 77, 129, 131, 133, 134, 135, 139, 140, 143  
patrimônio imaterial, 10, 20  
Pessoa com Deficiência, 78, 82, 87  
Porto Santo, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33  
povos indígenas, 37, 46, 50

### R

ranqueamento, 84, 85

### S

São Bernardo, 129, 130, 136, 139, 140, 141  
sindicatos, 53, 55, 58, 68, 69

### T

Tocantins, 89, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 106, 108

turismo, 7, 9, 10, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 116, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157  
turismo cultural, 9, 10, 129  
Turismo Sustentável, 86, 112, 113

## SOBRE A ORGANIZADORA

### **Queila Pahim da Silva**



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de

Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades e para fomentar esta análise, esta obra apresenta trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)